



# Mulheres, espaço e lugar: incorporando a violência de gênero na discussão teórica geográfica

Mujeres, espacio y lugar: incorporando la violencia de género a la discusión teórica geográfica

Women, space and place: bringing gender violence into the theoretical debate in geography

## Historial del Artículo

### Recibido:

30 de marzo de 2023

### Revisado:

25 de septiembre de 2023

### Aceptado:

8 de noviembre de 2023

Amanda Ribeiro-Bezerra<sup>a</sup>, Sávio José Dias-Rodrigues<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Filiación: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Correo electrónico: amandaribeiro@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7806-5689>

<sup>b</sup>Filiación: Universidade Federal do Maranhão. Correo electrónico: savio.jose@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4576-3621>

## Palavras-chave

espaço, gênero, lugar, violência contra as mulheres

## RESUMO

Discutiremos a relação dos conceitos de espaço geográfico e lugar aos estudos de gênero e de violência contra as mulheres. Para isso, faz-se um estudo bibliográfico com materiais publicados por autores clássicos e contemporâneos que buscam compreender e explicar essas relações e como a Geografia pode se aproveitar dessa abordagem. Consideramos que as relações sociais devem ser consideradas segundo suas características identitárias, cujas individualidades influenciarão nos usos dos espaços e dos lugares. O espaço, enquanto dialético, deve ser compreendido como uma força ativa que molda as experiências sociais e, por esse motivo, as relações socioespaciais serão distintas para os diferentes indivíduos. Ao considerar a influência das violências contra as mulheres, o presente trabalho atenta para como este fenômeno está naturalizado na sociedade brasileira e, deste modo, é capaz de influenciar nas formas de uso, produção e reprodução dos espaços pelas mulheres, que estabelecerão diferentes geografias.

## Palabras clave

espacio, género, lugar, violencia contra las mujeres

## RESUMEN

Discutiremos la relación de los conceptos de espacio geográfico y lugar con los estudios de género y la violencia contra las mujeres. Para ello, realizamos un estudio bibliográfico con materiales publicados por autores clásicos y contemporáneos que buscan comprender y explicar estas relaciones y cómo la Geografía puede obtener provecho de dicho abordaje. Consideramos que las relaciones sociales deben ser consideradas de acuerdo con sus características identitarias, cuyas individualidades influirán en los usos de los espacios y lugares. El espacio, como dialéctica, debe ser entendido como una fuerza activa que moldea las experiencias sociales y, por esta razón, las relaciones socioespaciales serán distintas para los diferentes individuos. Al considerar la influencia de la violencia contra las mujeres, el presente trabajo presta atención a cómo este fenómeno se naturaliza en la sociedad brasileña y, de esta manera, es capaz de influir en las formas de uso, producción y reproducción de los espacios por parte de las mujeres, lo que establecerá geografías diferentes.

## Keywords

gender, place, space, violence against women

## ABSTRACT

The article aims to discuss the relationship of the concepts of geographic space and place to gender studies and violence against women. For this, a bibliographical study was made with published materials by classical and modern authors who seek to understand and explain these relations and how Geography can take advantage of this approach. We believe that social relations must be considered according to their identity characteristics, whose individualities will influence the uses of spaces and places. Space, as dialectic, must be understood as an active force that shapes social experiences and, for this reason, social-spatial relations will be distinct for different individuals. By considering the influence of violence against women, the present paper pays attention to how this phenomenon is naturalized in Brazilian society and, in this way, is able to influence the forms of use, production, and reproduction of spaces by women, which will establish different geographies.

## Introdução

Consideramos que o debate sobre o espaço geográfico deve absorver as discussões propostas pelos estudos de gênero, pois o espaço não diz respeito apenas aos estudos das dinâmicas sociais como um todo, de forma generalista, apesar que as relações humanas criam e transformam as formas e a realidade espacial, como nos remete Santos (2017) e Lefebvre (2013). Nesse sentido, pautamo-nos em autoras como Massey (1994), Silva (2007) e Lan (2010) que asseveram que homens e mulheres têm diferentes usos dos espaços e que suas características identitárias distintas (cor da pele, classe social, idade, sexualidade, localização geográfica, etcétera) os levarão a diferentes percepções e usos dos mesmos espaços.

Santos (2017) afirma que essas percepções podem ser influenciadas pelo conjunto de objetos geográficos que estão no espaço – sejam estes objetos naturais ou sociais – e, ainda, pelas várias situações e ações que estão em constante ocorrência nos espaços, ou seja, a sociedade em contínuo movimento, em relações cotidianas. Tais percepções também estão presentes nas pesquisas de geógrafos e geógrafas que tem estudado o espaço, em especial na sua relação com as discussões de gênero, como encontrados nos trabalhos de Doreen Massey (1994), Joseli Silva (2007) e Diana Lan (2010).

O presente trabalho propõe-se a apresentar e debater o conceito do espaço geográfico e como pode ser relacionado aos estudos da violência de gênero, focando aqui as violências perpetradas contra as mulheres<sup>1</sup>. Nesse sentido, no primeiro tópico realizamos uma análise do espaço geográfico enquanto conceito, demonstrando que tal categoria geográfica é capaz de oferecer discussões sobre como as relações humanas que ocorrem nos espaços o modificam e são por ele modificadas, em um constante processo de produção e reprodução. Esse debate teórico oferece as bases de sustentação para o uso das teorias de gênero pela Geografia.

No segundo tópico a noção de lugar enquanto conceito é trabalhada segundo as concepções de Massey (1994), que tem como foco como as experiências pessoais dos indivíduos os levam a apreender sobre os espaços mais próximos destes, o lugar, de modo a determinar suas compreensões e suas experiências desses espaços. Entre

os fatores que influenciam essas experiências, a autora cita a raça e o gênero. Considerar a relação entre o espaço, o lugar e as violências de gênero permitem analisar os impactos nas experiências sociais e individuais de cada pessoa. A distribuição de papéis, a acentuação de exclusões e hierarquizações e como as práticas sociais e os traços referentes ao gênero, às classes sociais, cor da pele, geração, religião e entre outros são fatores que refletem nos espaços e nos lugares.

Apresentamos no terceiro tópico o conceito de gênero, partindo dos debates de Garcia-Ramon (2003), Rose (1993), Butler (2014) e Silva (2007), cujo foco principal é discutir seu potencial de integrar elementos sociais, temas e discursos ao conceito de espaço e lugar geográfico. No quarto tópico discutimos como as violências contra as mulheres estão interligadas ao conceito de espaço geográfico a partir da análise do fenômeno da violência em diferentes espaços utilizados pelas mulheres, cujos impactos incidirão agudamente em suas vidas, levando-as a mudanças comportamentais, físicas e psicológicas e em modificações em suas relações sociais cotidianas e com os espaços.

Por fim, consideramos que o uso das cidades, seja em regiões rurais ou urbanas, é permeado pelas construções dos papéis socioculturais de gênero, de raça e etnia, de classe social, geração, localização geográfica e outros elementos representativos, e estas características influenciarão as experiências de mulheres, tornando-se, deste modo, essencial a relação do espaço geográfico à questão de gênero.

O artigo busca contribuir para as discussões teóricas que focam nos conceitos de espaço geográfico e do lugar, propondo que sua análise seja atravessada pelas questões identitárias que se interseccionam, em especial, o gênero. As relações sociais enquanto relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade ainda têm sido pouco estudadas fora do campo de estudo da Geografia das Sexualidades, sendo de suma importância compreendermos essas diferenças para (re)pensarmos o espaço a partir de múltiplas(os) sujeitas(os).

Propomos assim que o conceito de espaço e de lugar na Geografia devam ser debatidos considerando o gênero, visto que homens e mulheres não atuam nos espaços de igual modo e, por esse motivo, as análises que baseiam por

<sup>1</sup> O termo “mulher” (singular) ou “mulheres” (plural), utilizado ao longo do artigo, refere-se a seres humanos que possuem um corpo biologicamente categorizado como feminino e uma identificação de gênero feminina. Pautamo-nos nas discussões feministas e de gênero, principalmente nos estudos de Silva (2007), Lan (2010) e Butler (2014), que consideram que as formas de viver, ações, atividades, linguagens e papéis, enfim, as experiências e necessidades de mulheres, são transpassadas por posições de poder e por significados culturais impostos e assumidos pelo corpo sexuado, vistas em suas diferenças e sob o prisma das desigualdades de raça, classe, etcétera.

generalizar os agrupamentos sociais na figura dos homens recai em enganos e lapsos que acabam por pormenorizar a discussão sobre o espaço, seu processo e as formas de apropriação, produção e reprodução deste pelos indivíduos-indivíduos, indivíduos-grupos e grupos-grupos.

## **Materiais e métodos**

O presente artigo faz uma reflexão acerca dos conceitos de espaço e lugar no debate de gênero na Geografia. Para isso, busca a partir de autoras(es) clássicas(os) e contemporâneas(os) que investigam as relações entre espaço geográfico, gênero e lugar e como a Geografia pode contribuir nessa abordagem. Compreendemos em Santos (2017) que as relações sociais exercerão mudanças nos espaços revelando as representações e elaborações humanas que incorrerão nos lugares e impactarão a vida em sociedade e, a partir de Silva (2007), temos em foco como a mediação pelas discussões de gênero podem ampliar os debates que compreendem o espaço e as relações humanas.

Ao longo do trabalho é dada atenção tanto a autores que são referência no Brasil e no mundo em relação às suas contribuições para os conceitos de espaço e lugar, tais como Santos (2017), Moreira (2017), Claval (2013) e Lefebvre (2013), quanto para as autoras que têm apresentado novas formas de discutir as concepções teóricas geográficas, ampliando o discurso, atualmente androcêntrico, para um viés que traga à superfície sujeitos e sujeitas tradicionalmente ausentes e invisibilizados pela Geografia. Entre as autoras, citamos Doreen Massey (1994), Joseli Silva (2007) e Diana Lan (2010), para falar de algumas.

O artigo é oriundo do debate trazido dentro da dissertação de mestrado que se baseia em uma pesquisa qualitativa. Neste trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica e um debate teórico para a compreensão das violências contra as mulheres e a reflexão sobre o uso do conceito de gênero como proposta de discussão dentro da Geografia. A pesquisa tem caráter explicativo, preocupando-se em identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência das violências contra as mulheres e como estas mantêm suas relações socioespaciais na casa, na rua e no trabalho a partir desse fenômeno.

## **Resultados**

### **O espaço geográfico e a compreensão cultural**

A ideia de discutir o espaço geográfico é uma tentativa de retomar o debate teórico e reafirmar a necessidade de

abandonar o uso recorrente do conceito apenas enquanto área delimitada ou, ainda, como um palco para as ações humanas, por muito tempo concebido pela Geografia tradicional. Neste trabalho consideramos o espaço geográfico como um produto social que sofre modificações ao longo do tempo e, ao mesmo tempo que é modificado, é capaz de influenciar as experiências e compreensões de indivíduos e grupos, bem como suas relações cotidianas (Santos, 2017; Silva e Costa, 2022).

Estabelecer análises sobre as principais contribuições relacionadas ao conceito de espaço na Geografia requer um esforço de síntese da nossa parte. Por esse motivo, pontuamos que as noções basilares e de comum acordo entre as diferentes linhas teóricas que envolvem o conceito estabelecem que o espaço tem uma relação intrínseca com o tempo; é um local de lutas e contradições, encontros e desencontros, mas sempre fruto das relações sociais.

Deste modo, de acordo com Moreira (2017), o que leva às modificações e transformações nos espaços são os modos como a sociedade se relaciona com eles. Suas apreensões e usos dos espaços ocorrem de maneiras diferentes ao longo do tempo, muito em razão das técnicas desenvolvidas e do trabalho humano, que não serão os mesmos. Assim, conseguiremos notar nos espaços não apenas os arranjos históricos e culturais, mas também as características econômicas, políticas e étnicas graças às relações sociais que ali ocorreram.

Para Claval (2013), o espaço deve ser compreendido pela forma como é vivido, devendo levar em conta as percepções que a sociedade tem sobre o espaço. Essa visão centra o estudo do conceito a partir das influências que as práticas, os conhecimentos, as atitudes e crenças impactam nas apreensões dos espaços, desde a forma como são adquiridos e transmitidos entre as gerações até como influenciam na construção dos espaços ao longo do tempo. Da mesma forma, Lefebvre (2013) considera que estudar o espaço requer a compreensão das relações sociais, pois este é, ao mesmo tempo, produção e produto de tais relações.

Por sua parte, Silva e Costa (2022) discutem sobre como as interações sociais produzem nos espaços as suas subjetividades. Nesse sentido, avaliamos que essas interações serão diferentes quando realizadas por homens ou mulheres. As diferenças nos usos dos espaços, nas interações e atividades sociais, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou outras, serão significativas, perceptíveis nas práticas cotidianas. Em razão disso, a forma como os indivíduos e grupos vivem e constroem a

própria sociedade será visível nos espaços, sobretudo nas frações criadas através das segregações espaciais e sociais.

Segundo Santos (2017), as modificações do tempo no espaço irão gerar rugas ou marcas criadas de acordo com o momento histórico aos qual a sociedade vive ou passou. Essa característica fará com que nos espaços sejam visíveis os vestígios das produções e relações sociais. Assim as diferentes culturas, os valores, comportamentos, as formas de viver em sociedade e entre outros marcarão os espaços. Nesse sentido, o peso que o espaço geográfico terá nas relações cotidianas ensinará diferentes vivências quando consideramos características identitárias como o gênero.

Na mesma linha, Moreira (2017) considera que o espaço é resultado de um processo social complexo, que envolve elementos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais, e reflete as relações de poder existentes na sociedade. O espaço, portanto, não é algo fixo, está em constante transformação, onde as relações sociais são construídas, desconstruídas e reconstruídas. É capaz de captar as dinâmicas sociais, permitindo a análise e compreensão das relações sociais entre indivíduos e grupos e seus elementos representativos.

Corrêa e Rosendahl (2017) concebem que o espaço deve ser compreendido levando em consideração o peso cultural e suas influências nas relações sociais. Para os autores, por que o espaço é um produto social, participa nos processos de produção da sociedade. Esses processos serão caracterizados por tensões que existem nas relações humanas, a exemplo da criação de papéis de gênero ou da hierarquização da sociedade em classe sociais ou em cor da pele, acentuando exclusões sociais.

De igual modo, Soja (2022) afirma que, ao estudar o espaço, devemos analisar as relações sociais contemporâneas. Pautando-se nas discussões proporcionadas pelo materialismo histórico-geográfico, visto ser capaz de compreender todas as mudanças espaciais proporcionadas pela expansão do capitalismo e pela luta de classes, Soja (2022) afirma que as relações sociais atuais são relações de poder e estas se inscrevem nos espaços. Para o autor, em razão do desenvolvimento desigual, os espaços passam a serem permeados por relações de dominação e subordinação.

Em comum acordo, Neil Smith (2015) assevera que o espaço é perpassado pelo modo de produção capitalista, que estrutura o espaço geográfico produzindo diferenciações e desigualdades, que compreende o desenvolvimento desigual. Ao ter uma sociedade hierarquizada, o espaço será definido e delimitado por relações de poder, onde

áreas serão demarcadas simbolicamente e reforçarão a segregação socioespacial. Essa característica não terá apenas impacto nas relações de gênero, com a definição de espaços públicos e privados para homens e mulheres, respectivamente, mas também para os grupos sociais de diferentes expressões identitárias.

Nesse sentido, Soja (2022) afirma que os espaços devem ser analisados como locais complexos, caracterizados pela disputa e conflito que afetam uma diversidade de grupos, uma multiplicidade de redes sociais e de manifestações culturais. Discutir o espaço urbano requer compreender que a dinâmica da cidade se expressa constantemente dialética e contraditória de modo que a produção do espaço é componente da produção social e estas, sob a hegemonia do capital e das relações capitalistas de produção, apresentam-se firmadas nas diferenças de classe que consolidam a segregação espacial, a periferização e produção de centralidades.

Destarte, discutir o conceito de espaço geográfico deve levar em consideração as contradições inseridas na sociedade, pois suas relações com os espaços os modificam e são por ele modificadas (Lefebvre, 2013). Ratts (2004) assevera que a Geografia deve ter um olhar sensível para como categorias estruturantes das relações sociais, como a identidade cultural, étnica ou racial, de classe, gênero, sexualidade, religião e outras, oferecem possibilidades de discutir a dinâmica dialética dos espaços.

A importância da dimensão cultural nas discussões do espaço oferece à Geografia como as diversidades e as realidades sociais, suas formas de apreender e viver os espaços, conferem significados e signos distintos para diferentes pessoas. Claval (2013) afirma que tal processo incidirá na construção dos indivíduos, em sua identidade individual e coletiva, cujo sentido se encontrará nas experiências de cada um e em suas vivências.

Dessa forma, o processo de construção da identidade pessoal e coletiva se dá a partir de um contexto histórico, social e cultural, o qual proporciona um significado ao espaço, ainda que promovendo a diferença entre os habitantes. Assim, o indivíduo vivenciará e se relacionará com os elementos do espaço, criando sua identidade de acordo com as características próprias de cada espaço, dos reflexos culturais e de seu pertencimento a uma comunidade, classe ou grupo social.

Para Corrêa e Rosendahl (2017), sendo o Brasil um país com características culturais ricas e diversas, o espaço deve ter visto como diverso e mutável. Assim, ao analisar

os processos culturais, é possível identificar tanto as bases estruturais quanto as manifestações simbólicas. Ao buscar compreender os processos de transformação cultural, econômica, política e social que ocorrem no espaço e alteram as relações socioespaciais, como se estende aos significados e simbolismos das relações sociais, seus valores, hábitos, crenças dentre outras construções, a cultura como categoria de análise oferece perspectivas que envolvem não apenas os grupos hegemônicos ou os discursos dominantes centrais, mas também aqueles que estão à margem dos sistemas.

### O conceito de lugar e sua relação com as questões de gênero

O conceito de lugar trabalhado aqui utiliza as contribuições de geógrafos e geógrafas, como Doreen Massey (1994), Milton Santos (2017) e Yi-Fu Tuan (2004), que o vinculam aos termos relacionais, ou seja, evidenciam as formas como indivíduos e grupos apreendem o mundo que os cerca. Os autores consideram que além das relações socioeconômicas, políticas e culturais que rodeiam a sociedade, também as estruturas internas, de subordinação e dominação, serão capazes de impactar na apreensão dos lugares. O lugar não se limita ao conceito de espaço geográfico, mas também permeia os processos de produção social, relacionando-se de forma íntima com as práticas sociais, culturais e simbólicas que o ocupam.

Deste modo, será a partir do cotidiano e das vivências sociais, com suas redes de relações, que os lugares serão construídos e tomarão forma. Marcado por símbolos e significados, o estudo do lugar para as discussões de gênero e o impacto das violências contra as mulheres podem oferecer à Geografia como os conflitos, hierarquias ou mesmo a mobilidade ou o trânsito de pessoas no dia a dia se expressam de maneiras diferentes no cotidiano de indivíduos e grupos, em especial de mulheres violentadas. As apreensões e usos dos lugares serão impactadas não apenas pelos elementos inseridos nestes, mas, também, pelas representações que cada um mantém sobre eles.

De acordo com Santos (2017), por causa dessa particularidade relacional do conceito de lugar, devemos compreendê-lo como uma categoria que está, a todo o momento, sendo criada, recriada e renovada em razão da dialética social. Ao carregar os espaços de significados, ao lidar com os diferentes eventos, os seres humanos transpõem a estes novos sentidos e signos. Incorporando as dimensões histórico-culturais, socioeconômicas, geográficas e entre outras presentes na sociedade e, ainda, os elementos da vida cotidiana, o lugar oferecerá a apreensão dos aspectos

mais íntimos das interações e relações sociais, da maneira como se realizam e criam representações.

Para Santos (2017), no lugar será possível observar todas as complexidades sociais e históricas sucessivas que se desenrolam ao longo do tempo a partir do reconhecimento dos objetos na paisagem e nos espaços. Ao existir nos lugares, tais objetos, por mais diversos que sejam, materializarão nestes o período histórico e o nível do conhecimento técnico-científico que os produziu, disponível em cada ocasião ou época. Essa característica atrelada ao conceito concederá aos lugares um caráter móvel, variável, de modo que estarão conectados aos eventos que ocorrem nele, a partir das relações sociais com os objetos, ao mesmo tempo em que se concretizam e se reafirmam em razão das percepções sociais que estão em contínua criação.

Em razão disso, Santos (2017) afirma que o conceito de lugar é capaz de oferecer bases que sustentem o entendimento do mundo atual, que está cada vez mais globalizado, pois como foca nas interações sociais cotidianas, amplia as discussões de como as relações sociais são impactadas pelo processo de globalização, pelas tecnologias da informação, pelo compartilhamento em massa, pelas tensões contemporâneas e por outros fatores que potencializam as percepções sociais e aglutinação de significados.

Na mesma linha, Oakes (1997) compreende o lugar a partir das influências do mundo globalizado, da modernidade e do sistema capitalista, pontuando que tais forças globais incidem nas relações sociais e nas tradições culturais, levando a tensões constantes pautadas nas diferenças entre sujeitos e grupos, de modo a destacar situações de opressão e submissão. Essa característica, para o autor, fará com que os usos dos lugares sejam uma luta constante de reafirmação individual, de valoração identitária enquanto indivíduos com uma história e espacialidade ímpares.

Na perspectiva de Yi-Fu Tuan (2004) o conceito de lugar deve ser compreendido como um reflexo da articulação do espaço com as relações sociais, estabelecida em acordo com os elementos e objetos que constroem esse espaço. O autor afirma que as formas de compreender o mundo e como os ambientes físico, natural e humano afetam as percepções dos seres humanos, irão estimular cada indivíduo a viver os lugares como experiência pessoal, afetando suas atitudes, ações e valores.

Em seus textos, Tuan (2004) trabalha com as palavras “percepção”, “atitude”, “valor” e “visão de mundo” para demonstrar que seus significados se sobrepõem e auxiliam nos estudos dos lugares. Para o autor, a “percepção” é

a forma como as pessoas respondem ante os estímulos externos e, ao mesmo tempo, quais os posicionamentos tomados ante aos fenômenos registrados por cada um, ou seja, quais situações serão compreendidas como mais ou menos importantes, quais terão valor. A “atitude” será caracterizada pela forma como uma pessoa julga ou se posiciona perante um objeto, uma situação, uma outra pessoa. O “valor” terá um sentido de atribuição de importância para o indivíduo e a “visão de mundo” será o resultado da experiência conceitualizada, construída pela duplicidade da compreensão individual e pessoal sobre algo, alguém ou alguma coisa e pela compreensão social, que abarca os sistemas de valores, conceitos, crenças e atitudes formados na vida em sociedade.

Nesse sentido, cada pessoa terá uma visão diferente de um mesmo fenômeno social, pois as possibilidades de perspectivas e a abundância de percepções, atitudes, valores e visões de mundo serão tais que, tanto no nível individual como de grupo, os significados postulados serão distintos. Ao expressar e refletir em tais espaços uma identidade, cada indivíduo, ao perceber e tomar consciência do espaço, aferirá importância a ele, decorrendo no lugar. As atividades e explorações dos espaços serão cada vez mais dirigidas por valores culturais e por visões de mundo, que terão peso na construção, na produção e reprodução do lugar.

As expressões e o emprego da cultura de uma sociedade na vida cotidiana irão afetar as percepções, atitudes e valores de seus membros, a ponto de criar uma “alucinação grupal”, conceito citado por Tuan (2004) para relatar como a cultura influencia a percepção de pessoas sobre situações, indivíduos e causas que não existem, a exemplo da naturalização da subordinação da mulher em relação ao homem, e a inferioridade de acordo com a cor da pele ou da localização geográfica. Em sociedades em que os papéis socioculturais segundo o sexo serão distintos, mulheres e homens adotarão diferentes valores que impactarão as formas de percepção dos diferentes aspectos espaciais.

Para Yi-Fu Tuan (2004), os laços afetivos dos seres humanos se manifestarão no lugar e cada indivíduo incorporará e significará a ele suas características identitárias. Desta forma, o lugar não será o mesmo, por mais que as interações sociais que ali se inscrevem incidam de um mesmo agrupamento familiar. As inúmeras formas que caracterizarão os lugares serão resultado das várias amplitudes sociais individuais, fazendo com que a vida cotidiana se materialize no lugar. Logo, os fenômenos que ocorrem no dia a dia darão consistência ao lugar.

Consideramos, deste modo, que o conceito de lugar deve estar vinculado aos termos relacionais, visto que, a depender das percepções, atitudes, valores e visão de mundo, cada pessoa compreenderá e se relacionará com os lugares de maneiras distintas. Estudar o conceito de lugar significa evidenciar indivíduos e grupos sociais que geralmente são ocultados das compreensões espaciais que generalizam identidades e apagam especificidades.

O conceito de lugar é necessário para as discussões que envolvem gênero pois oferece suporte para esclarecer como os seres humanos, transpassados por suas individualidades e construções socioculturais, produzem e reorganizam os espaços. Por serem atravessadas por condições de desigualdades, os usos das cidades e mesmo seu trânsito e permanência serão cerceados pelas lógicas dos sistemas econômicos e socioculturais. O lugar na relação com os estudos de violências contra as mulheres revela as ações cotidianas de mulheres vítimas e os desafios de viver e existir nos espaços.

### Geografia e gênero

A ideia de transversalidade proporcionada pelos estudos das relações de gênero toma como base os estudos de Maria Dolors Garcia-Ramon (2003), que afirma que os estudos de gênero estão relacionados às apreensões culturais e, por isso, têm a capacidade de unificar as discussões que considerem os elementos sociais. As discussões proporcionadas por tal conceito conseguem expor como as relações simbólicas e econômicas são perpassadas por redes de poder em várias escalas espaciais e temporais, o que confere aos estudos geográficos o pluralismo das relações sociais, ao considerar as diversidades e diferenças.

No Brasil, um dos principais nomes que discutem as relações de gênero na Geografia é Joseli Maria Silva (2007). A autora afirma que o uso do conceito de gênero como categoria na análise geográfica é capaz de promover, ao mesmo tempo, explicações sobre a produção do espaço, bem como quebrar com perspectivas dominantes. Em seus estudos, nota-se uma proximidade com os estudos de Butler (2014) e suas considerações de que o gênero é culturalmente construído, resultado dos significados culturais assumidos pelo corpo sexuado. Ao considerar que o gênero não deve ser confundido com a estabilidade do sexo binário, Butler (2014) sustenta que o gênero se posiciona contra o determinismo em torno dos significados construídos culturalmente e inscritos em corpos anatomicamente diferenciados.

Assim, o gênero deve ser considerado como fenômeno inconstante e contextual, em permanente transformação, em que a utilização desse conceito amplia a discussão sobre as relações sociais no espaço, ao incluir pessoas que não se enquadram no binarismo sexual naturalizado. Butler (2014) afirma que o gênero depende de práticas que o constituam, de modo que é capaz de ter múltiplas convergências e divergências, em razão de estabelecer interseções com modalidades raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais.

Também Butler (2014) deixa claro que, quando falamos de gênero, devemos considerar que as violências que ocorrem contra o corpo são formas de estabelecimento do poder patriarcal. No anseio de querer perpetuar a família heteronormativa e os papéis tradicionais de gênero, as pessoas que praticam violências, em especial contra as mulheres, reproduzem o androcentrismo e o patriarcalismo. Deste modo, serão principalmente as mulheres as mais relegadas à submissão e invisibilização. Acreditamos que a misoginia, racismo, homofobia e outros preconceitos ante às características identitárias se ligam ao patriarcado por extraírem um senso de superioridade, privilégio e poder social a apenas uma parte da população.

A partir dessa compreensão de gênero, Silva (2007) considera que a Geografia deve romper com a tradição que privilegia dados quantitativos e discussões espaciais que coloquem as relações sociais em um espectro generalista, com vistas a atingir uma suposta neutralidade. Para a autora, também discutir apenas do ponto de vista da geografia economicista marxista, que coloca a mulher sob a ótica da sociedade capitalista patriarcal, é insuficiente; a abordagem de gênero enquanto objeto de estudo, e da mulher enquanto sujeito social, oferece possibilidades de debater questões de relações de poder e hierarquia que expõe como assimétrico o desenvolvimento socioespacial.

Nesse sentido compreende-se que os diferentes sujeitos terão posicionamentos distintos no mundo que vivem, impactando, também, em suas relações com os espaços e os lugares. Assim sendo, a abordagem de gênero, ao compreender e destacar essas relações socioespaciais, auxiliará nas explicações e nos significados que conferem aos lugares serem múltiplos, mutáveis e multidimensionais (Silva, 2007). Ressaltamos que as diferenças nas formas como os seres humanos lidam, experienciam e se posicionam nos espaços não estão relacionadas às características de sexo biológico, mas sim às simbologias que a sociedade faz deles, conhecidos como os processos socioculturais.

De acordo com Bourdieu (2002), essa estrutura sociocultural enraizou na sociedade uma divisão sexual que, de tão naturalizada, foi incorporada aos vários aspectos da sociedade. Para o autor, a criação da ideia de dominação de homens sobre as mulheres eternizou no mundo social uma visão mítica, do arbitrário cultural em algo natural. Essa aceitação e legitimidade social leva Bourdieu (2002) a reconhecer que os estudos que busquem discutir as apreensões culturais e as relações de indivíduos e grupos na sociedade deverão lidar com ações humanas que são realizadas de modo quase automático, pois reproduzem as relações de poder e dominação banalizadas socioculturalmente.

Essas ações cotidianas nos espaços, quando analisadas sob a ótica de gênero, revelarão as diferentes formas de vivência nos espaços. Gillian Rose (1993), ao discutir como as mulheres se posicionam cotidianamente nos espaços, observa que suas experiências serão diferentes ao longo do dia, do mês ou ano, e que suas ações serão modificadas em razão de eventos ou situações que aconteceram ou que estejam acontecendo, limitando-as nos usos dos espaços, constringendo-as de modo que não se sintam à vontade em alguns locais ou horários, e as confinando em suas residências. Para a autora, essas mudanças comportamentais são resultado dos processos socioculturais, da estrutura social criada em torno do papel da mulher, sobre como deve se vestir, ser, se posicionar, o que pode ou não fazer e os horários ou caminhos que pode andar.

Autoras como Silva (2007), Lan (2010) e Bezerra (2021) destacam as diferenças de como homens e mulheres concebem os espaços e sustentam que tanto o acesso físico aos espaços como as barreiras simbólicas, a exemplo de olhares ameaçadores ou indagadores, influenciam como os indivíduos utilizam os espaços, impõem ordenamento de usos destes e legitimam a apreensão desigual. Destarte, considerar o espaço e o lugar do ponto de vista das discussões de gênero nos permite compreender que a história dos espaços também envolve a força, tanto física quanto simbólica. Acrescenta-se, ainda, elementos como a sexualidade, raça, etnia, religião, classe social e temos espaços cujas construções apresentam-se complexas com variadas articulações e dimensões.

Ao levar em conta elementos como a sexualidade, raça, classe social e outros, Silva (2007) afirma que os espaços devem ser compreendidos como multidimensionais. Não há apenas um fator identitário capaz de modificar as formas de apreensão social dos espaços, mas, sim, um conjunto de elementos que se interseccionam e são experienciados simultaneamente. Em suas práticas cotidianas, os sujeitos

vivenciam diferentes localidades, de modo que qualquer posição –seja ela de centralidade ou marginalidade– será localizada por múltiplos espaços sociais, conferindo-lhes um caráter plurilocal (Rose, 1993).

Considerando que os espaços estão em contínua mutabilidade e são dialéticos, estes poderão ter várias configurações sociais e territoriais. Desta maneira, Rose (1993) afirma que os espaços permanecerão continuamente redesenhados, redefinidos e transformados, conceito proposto de “espaço paradoxal”, constituído por várias dimensões ou espacialidades de vivência. Assim, as relações de gênero variam conforme os distintos espaços e escalas.

Tomando as cidades como enfoque do entrelaçamento destas relações com os espaços urbanos, é possível compreender como as características interseccionais que compõem a vida das mulheres implicará na reflexão e vida dessas sujeitas (Schabbach, 2020). A própria organização do espaço, como afirma Massey (1994), é transpassada por estruturas de relações de poder, a exemplo de padrões de uso e ocupação da terra como áreas residenciais distantes de espaços produtivos, impactando as intensidades de deslocamentos de homens e mulheres, tornando clara a separação das esferas públicas e privadas.

Silva (2007) afirma que as cidades se caracterizam enquanto elemento de ordenamento das relações de gênero. Para a autora, se tomarmos como exemplo os sistemas de transportes e como operam, notaremos que estes dificultam a mobilidade urbana, principalmente de mulheres, com a baixa qualidade e quantidade de veículos oferecidos, com vias urbanas precarizadas, poucas opções de veículos que levam à demora de oferta dos serviços, enfim, diversas situações que dificultam o deslocamento de mulheres, responsáveis pela vida familiar, no acesso a oportunidades de lazer, emprego e educação.

Não apenas questões locais impactarão nas relações socioespaciais. De acordo com Santos (2017), os espaços estão cada vez mais estranhos ao lugar e seus habitantes em razão do nível de globalização do mundo. A formação econômico-social contemporânea mundial tem levado os espaços à uma unicidade, apesar de continuarem complexos devido à variável da vida social. Essa unicidade, para o autor, faz com que as relações sociais atuais sejam atravessadas por construções ideológicas, econômicas, culturais, morais e sociais de outros espaços regionais, cujos discursos dominantes rompem barreiras territoriais locais e afetam relações a nível global, influenciando, desta maneira, outros os lugares e seus habitantes.

Essa compreensão se assemelha com os estudos de Doreen Massey (1994) que afirma que a análise espacial deve partir do entrecruzamento de escalas, que deve ser compreendida como uma construção de uma multiplicidade de relações sociais que passam por várias escalas espaciais: desde o global, passando pelo poder político nacional, até as relações sociais que ocorrem na cidade, no bairro, na casa, no trabalho ou outros lugares mais próximos. Nesse sentido, a análise espacial demonstra que há uma interseção de dinâmicas locais e globais, influenciando as relações sociais e as relacionando às múltiplas escalas espaciais.

O que faz com que os espaços sejam distintos um dos outros, de acordo com Massey (1994), resulta do cruzamento das relações sociais, de suas conexões e interconexões, de como influenciam e são influenciadas a partir de todos os elementos que as atravessam. Assim, o espaço será continuamente mutável, reconceitualizado e múltiplo e terá, em sua própria “natureza”, expressões de poder e de simbolismo, da complexa rede de relações de dominação e subordinação, de solidariedade e cooperação (Massey, 1994). Quando a Geografia utiliza o conceito de gênero, segundo Silva (2007), entende-se que as relações humanas não estão isoladas e estáticas, mas em constante relação com a estrutura socioespacial e histórica.

Na mesma linha, Veleda da Silva (2013) afirma que considerar o conceito de gênero e as teorias da diferença nas discussões geográficas assegura a quebra do viés tradicional que reduz a sociedade ao modelo de ser humano genérico, que acredita em uma mulher ou um homem universal. Para a autora, resumir questões específicas, como questões culturais, étnicas, raciais, de classes sociais, nacionalidade ou outras, em torno de análises que colocam os sujeitos enquanto genéricos, não consegue abarcar a explicação da multiplicidade dos espaços nas relações sociais. Deste modo, a abordagem de gênero enquanto categoria de análise oferece a visibilidade a grupos sociais que historicamente estiveram marginalizados ou excluídos das análises geográficas.

Discursos que alegam que a geografia não sustenta o campo disciplinar que implica a compreensão de gênero, visto a ciência já ter o espaço enquanto objeto de estudo, desconsideram a complexidade da totalidade, que significa revisar o movimento do universal para o particular e vice-versa. Quando enfatizamos os marcadores sociais, as particularidades dos sujeitos, estamos permitindo a superação de condições de generalizações e aceitando que a existência das diferenças produz as desigualdades. De acordo com Veleda da Silva (2013), essa abordagem permite representar a realidade daqueles que lidam com



a condição de um corpo marcado pelo sexo, gênero e raça e que tomam diferentes inserções a partir de sua condição de classe.

Em seus estudos sobre a geografia feminista, Veleda da Silva (2013) enfatiza que os estudos de gênero dão voz a sujeitos cujas individualidades foram moldadas segundo influências históricas, geográficas, culturais e entre outras e, por isso, expõem conhecimentos, no plural, que estão para além dos horizontes hegemônicos que por muito tempo predominaram na Geografia, destacando como a interseccionalidade de múltiplas opressões e identidades impactam nas relações socioespaciais.

Para Villagrán (2018), considerar o conceito de gênero pela Geografia mostra a preocupação pela maneira que a diferença e o poder operam nas relações com e através dos processos socioespaciais. Nesse sentido, por mais variados os métodos e metodologias aplicados nas pesquisas geográficas, a discussão deve estar voltada à reflexão acerca das múltiplas formas em que o poder influi em toda a sociedade, concordando com os demais autores supracitados da necessidade de discutir a intersecção com os demais recortes identitários.

### A casa, o trabalho, a rua: a violência de gênero no espaço geográfico

Conforme Gillian Rose (1993), por que os sujeitos são múltiplos, seus comportamentos, funções e trajetórias marcarão os espaços por diversas nuances. Ao tomarmos as mulheres como sujeitas que produzem espaços, o vivenciam e reorganizam, espaços como a casa, o local de trabalho, de lazer ou mesmo a rua serão perpassados por significados e signos, resultado dos diferentes interesses, motivações, necessidades, e maneiras de existir, construir e perceber os espaços, que se ligam ao modo como o gênero é construído e influenciado pela sociedade e cultura.

Desta maneira, apresentamos como os espaços da casa, de trabalho e a rua são transpassados pela abordagem de gênero, focando, em especial, a influência das violências contra as mulheres nas suas relações socioespaciais. De acordo com Bezerra (2021), a casa pode ter diferentes significados, podendo ser um espaço de abrigo e segurança para mulheres que vivenciam ou veem espaços públicos como inseguros e violentos; enquanto um local de bem-estar e tranquilidade para as que moram sozinhas ou dividem o lar com familiares e amigos com quem têm relações de afeto positivas; um espaço visto como local de cansaço para aquelas que são unicamente responsáveis pela renda familiar, tarefas domésticas e cuidados com

filhos ou parentes que demandam atenção especial; e, por fim, pode denotar tristeza, medo, perseguição e opressão para aquelas que vivenciam relacionamentos abusivos. Essas representações podem ser criadas e construídas para o mesmo espaço, mas vivenciadas em momentos diversos.

Autores como Bezerra (2021) e Piosiadlo et al. (2014) consideram existir vários fatores que podem aumentar o risco de ocorrência de violências doméstica ou intrafamiliar, como o tempo de convivência entre os membros do núcleo familiar; o nível afetivo de suas interações sociais; as diferenças de opiniões sobre determinado tópico ou assunto; as relações de poder existentes capazes de influenciar as representações, visões de mundo, atitudes, comportamentos e valores de outros membros da família; as hierarquias que advêm das diferenças de idade e sexo; os papéis socioculturais de gênero; o estresse desenvolvido por fatores econômicos, sociais e entre outros, e o tempo de duração de relacionamentos afetivos.

Tendo como exemplo os relacionamentos de longa duração, Bezerra (2021) cita, entre as condições que contribuem para as violências contra as mulheres, o isolamento social, geográfico, físico ou afetivo das vítimas, a projeção (um mecanismo que o agressor adota para atribuir a outra pessoa, geralmente a vítima, a responsabilidade por um problema vivido, por emoções ou pensamentos de qualquer espécie), o poder e a hierarquia, ou a influência moral. A autora considera que essas situações estão intrinsecamente relacionadas à cultura patriarcal presente na sociedade ocidental e salienta que o peso sociocultural dos papéis de gênero afeta de maior forma as mulheres.

Em situações que as mulheres se veem obrigadas a se unir a um parceiro, como quando há pressão familiar para uma união estável ou casamento em razão de uma gravidez não planejada; quando o companheiro tem um grau patológico de ciúmes ou faz chantagem emocional, não a permitindo romper a relação; ou quando usam de informações íntimas destas mulheres, seja a partir materiais físicos ou cibernéticos como fotos e vídeos ou a partir do conhecimento de situações do passado ou presente, dos seus pontos fracos, medos e preferências, tais elementos podem ser utilizados como motivadores de violências (Bezerra, 2021).

Estes e outros fatores são capazes de intensificar a vulnerabilidade da mulher e do núcleo familiar a tal ponto que qualquer discussão ou conflito podem contribuir para situações violentas. De acordo com Bezerra (2021), além do espaço da casa ser caracterizado pela natureza particular e privada, e das relações sociais de gênero estruturadas

no contexto familiar carregarem relações de poder e hierarquia que definem e posicionam seus membros de acordo com normas socioculturais, em que pesam noções de respeito, obediência e disciplina, também o nível de adesão dos membros familiares aos estereótipos e papéis ligados ao gênero, acatando ou não tais hierarquias, são elementos que podem principiar ou potencializar casos de violências.

Ao estudar a influência das violências nos espaços de trabalho, devemos considerar não apenas o local em que as mulheres estão empregadas, mas também as condições de acesso a estes. Nesse sentido, tomando os estudos de Santos (2017) sobre como as cidades cada vez mais afastam e marginalizam a população mais pobre dos centros culturais e comerciais ou econômicos, compreendemos que as mulheres serão as principais atingidas pelo planejamento urbano desigual, visto que estas, que são as principais responsáveis pelo ambiente doméstico, terão dificuldades de mobilização pelas cidades e, conseqüentemente, a opções de trabalho.

Como as cidades estão cada vez mais divididas em áreas comerciais e residenciais e o desenvolvimento do sistema capitalista tem exacerbado as diferenças de classes, enquanto a população mais abastada tem acesso às cidades e seus benefícios, a população mais pobre, em geral vivendo nos distritos caracterizados pelas faltas (do Estado, planejamento urbano, saneamento básico, saúde, educação, etcétera) terão mais dificuldades (Santos, 2017). Deste modo, as interações com os espaços por mulheres que vivem em favelas, invasões ou periferias serão transpassadas por interações sociais, econômicas, políticas e culturais distintas, que serão diferentes quando comparadas às experiências de mulheres que habitam outros espaços. A busca por trabalho também será impactada por tais elementos, principalmente ao levarmos em conta interseccionalidade de gênero e raça. Com relação à raça, mulheres negras e pobres terão dificuldades de inserção no mercado de trabalho e de serem admitidas em empregos formais ou em cargos altos, pois são atravessadas por discursos socioculturais que naturalizam e atrelam sua imagem a trabalhos informais e de baixa renda, como o trabalho doméstico (Bezerra, 2021).

Como afirma Veleda da Silva (2013), os movimentos feministas que passaram a reivindicar conquistas para as mulheres, como o acesso ao mercado de trabalho, levou à crescente participação feminina e à uma quebra do padrão de exclusividade dos espaços e tarefas domésticas às mulheres. Todavia, apesar de ser cada vez maior o número de mulheres inseridas em diferentes ramos de trabalho,

alcançando independência financeira, a igualdade salarial pelo mesmo tipo de trabalho realizado por homens ainda não foi alcançada e a dificuldade de acesso a promoções e a cargos de liderança ainda persiste.

Outra questão relativa à análise de gênero na compreensão do mundo do trabalho diz respeito à concentração feminina em tarefas e cargos ocupacionais alusivos ao trabalho doméstico (Veleda da Silva, 2013; Bezerra, 2021), que tornam a mão de obra de mulheres ainda mais barata. De acordo com Veleda da Silva, “a desigualdade no mundo do trabalho tem sexo, cor e localização” (Veleda da Silva, 2013, p. 111), e, por esse motivo, aquelas que buscam melhores salários só conseguirão alcançar através da qualificação profissional, uma oportunidade que não estará disponível a todas as mulheres.

As experiências que mulheres terão nos locais de trabalho também irão impactar em suas relações socioespaciais. Como parte da vida em sociedade, esses espaços também irão expor opressões e relações de poder advindas da dimensão e dos papéis socioculturais e, deste modo, nestes se manifestarão situações de práticas de assédio moral, violência psicológica, física e sexual (Andrade e Assis, 2018).

Condutas de assédio moral no ambiente de trabalho — ou fora dele, mas realizada por colegas de trabalho — como importunações por meio de gestos, palavras, comportamentos e, mesmo, agressões, são perpetradas contra mulheres nas relações cotidianas de trabalho (Bezerra, 2021). Essas ações, que as humilham e constroem podem levá-las a abandonar o cargo ou, se permanecerem por questões financeiras, são prejudicadas psicologicamente e em suas funções laborais. Segundo Andrade e Assis (2018) existem três formas de assédio moral conforme a procedência dos ataques, sendo eles vertical descendente, vertical ascendente, e horizontal.

Quando o assédio moral é praticado por superiores(as) hierárquicos contra os subordinados(as), lidamos com o assédio moral vertical descendente, cujos atos mais comuns são as depreciações, falsas acusações e insultos que atingem a moral da vítima. A situação inversa, quando um(a) subordinado(a) atua contra um(a) superior hierárquico(a), tem-se a tipologia vertical ascendente, em que geralmente são realizadas violência psicológica e chantagem; por fim, o assédio horizontal é aquele realizado entre colegas de mesmo nível hierárquico, que pode ser praticado de forma individual ou coletiva contra uma só pessoa (Andrade e Assis, 2018). Piadas e brincadeiras de cunho sexual, exposição a situações vexatórias, supervisões excessivas

e entre outros são exemplos de como o assédio moral no ambiente de trabalho está associado a relações de poder e de discriminação sexual. Ainda, ao descredibilizar a promoção de mulheres e criar rumores de que o novo cargo ou função foi conseguido graças à realização de práticas sexuais, não apenas o assédio e violências impactam nas suas relações dentro do trabalho, mas, também, em sua vida cotidiana, cujas vítimas se sentem na constante obrigação de demonstrar capacidade e conseguir aprovação.

Andrade e Assis (2018) ressaltam que, em geral, o autor da violência no local de trabalho é movido pela inveja, a busca de poder e a discriminação sexual e de gênero. Ressalta-se que a vítima de tais atos, comumente, é vista como “o rival mais frágil”, a exemplo de mulheres que “ousam” trabalhar ou tomar o cargo “de direito” daquele que se intitula merecedor. Destarte, não apenas as mulheres são as vítimas mais frequentes, mas, também, são aquelas assediadas de forma diferente, com conotações machistas.

Diante dessas situações violentas, mulheres que se encontram na posição de vítimas de assédios se sentirão humilhadas, constrangidas e hostilizadas, levando a mudanças de comportamento tanto no ambiente de trabalho e em interações sociais com os colegas como no ambiente doméstico e de lazer. Nesse sentido, Barreto e Heloani (2015) afirmam que várias repercussões atingem a saúde de mulheres vítimas de violências, como crises de choro, dores generalizadas, palpitações e tremores, sentimento de inutilidade, ansiedade e depressão.

Estudos como os de Veleza da Silva (2013) destacam como a divisão sexual do trabalho foi construída em cima das desigualdades ancoradas na produção e reprodução social que socializaram as categorias de sexo na ordem patriarcal de gênero. Com a naturalização da divisão de atividades específicas, da esfera reprodutiva às mulheres e da esfera de produção aos homens, as condições às mulheres no mundo do trabalho, sua permanência, o tipo de trabalho que encontrará disponível, geralmente relacionado à “vocação” feminina, e a remuneração, serão marcadas por condições desiguais.

Ao focarmos nas violências contra as mulheres em espaços públicos, em especial a rua, um dos principais fatores de modificação de suas relações socioespaciais está atrelado às sensações de medo e insegurança. De acordo com Pastana (2005), as influências que o medo tem na compreensão social é capaz de impactar nas escolhas humanas sobre as melhores vias e horários para andar pelas cidades, em que bairro morar, quais os meios de locomoção a serem

escolhidos, quais locais podem ser frequentados e quando, etcétera, todas elas estratégias criadas para proteção.

Todavia, apesar das cidades estarem cada vez mais violentas (Pastana, 2005), as estratégias de deslocamento e vivência nos espaços não serão iguais entre homens e mulheres (Silva, 2007), pois as reações femininas partem da banalização de sua figura como alvos fáceis de violências nos espaços públicos. Deste modo, as estratégias de proteção tomadas serão capazes de excluir e restringir seus movimentos nos espaços.

Ao serem ensinadas desde a infância a não andarem sozinhas à noite na rua ou por lugares desconhecidos a pé por que no período noturno é quando mais ocorre violências, as mulheres são ensinadas que cabe a elas a sua própria proteção. Desta forma, é comum casos de violências contra as mulheres onde a sociedade imputa às vítimas a culpa por terem sido violentadas em locais públicos ou à noite, pois não “tomaram cuidado” (Bezerra, 2021). Restringindo-as a espaços “seguros”, como a casa própria ou de familiares, passa a ser habitual o policiamento sociocultural do deslocamento de mulheres pelas cidades.

Caracterizado como uma preocupação e como um alerta quanto à insegurança das cidades em horários noturnos, a dimensão sociocultural terá impacto no cotidiano de mulheres ao determinar não apenas o movimento de trânsito pelas cidades, mas também de permanência em locais públicos ou privados que não a sua residência, impactando em seu deslocamento.

Nesse sentido, vias e locais escuros e ermos, ou predominantemente ocupados por homens, serão vistos como trajetos a serem evitados. Para a socióloga Fran Tonkiss (2005) a compreensão de gênero na sociedade nos permite perceber que as mulheres, nas suas relações socioespaciais nas cidades, elaborarão “mapas de perigo” mentais. Isso significa, para a Geografia, que o medo das mulheres está espacializado e suas percepções de perigo têm uma geografia específica, determinando os trajetos escolhidos a serem realizados cotidianamente nos espaços para se sentirem seguras e protegidas.

Entretanto, ainda que os trajetos sejam escolhidos previamente, mapeados mentalmente, nada garante que, em seus percursos reais, não estejam expostas a situações violentas. Deste modo, o medo e a sensação de perigo impactarão nas formas que os espaços públicos são percebidos, representados e vividos pelas mulheres (Tonkiss, 2005). Assim sendo, também os meios de transporte,

públicos ou privados, constituirão como espaços em que ocorrem situações violentas e que influenciam as relações socioespaciais de mulheres.

A utilização de ônibus, metrô e trens pelas cidades nos horários de pico ou com grande número de passageiros podem se tornar situações traumatizantes para mulheres, que têm que lidar com casos de assédios, importunação sexual, perseguições e entre outros. Essas situações também se estendem a transportes alternativos, ofertados por empresas de serviços de transportes privados, onde crimes de sequestro, estupro, ameaças, agressão e assédio sexual tem sido cada vez mais denunciados (Bezerra, 2021).

Objetivamente e simbolicamente, as cidades têm limitado os direitos de mulheres de circularem, principalmente, daquelas que vivem em bairros marginalizados. Pontos de ônibus vazios, locais com pouca ou nenhuma iluminação, baixa quantidade de transportes públicos ofertados e entre outros fatores fazem com que o simples ato de ir e vir se tornem percalços e lutas cotidianas. Entre a casa e o ponto de ônibus, o medo do trajeto pela rua, dos ônibus lotados, e do enfrentamento desses espaços de forma solitária são elementos do cotidiano de mulheres nas relações com os espaços.

De acordo com Bezerra (2021), a rua ainda pode ser vista por vítimas de violências nos espaços da casa como uma alternativa de acesso a socorro ou proteção, ao depararem-se com vizinhos ou transeuntes que lhes ofereçam apoio. Entretanto, esses episódios são diminutos em comparação à suscetibilidade de mulheres a situações violentas na rua. Espaços públicos como locais institucionais, buscados por vítimas de violências, também irão reproduzir e expor mulheres a novas violências, principalmente nos atendimentos iniciais, onde a vítima é, por vezes, tratada com hostilidade, sua palavra é diminuída e descredibilizada, e sua denúncia é rechaçada.

Ainda, casos que expõe situações de mulheres que foram violentadas durante entrevistas de emprego, em consultórios médicos, ou mesmo quando internadas para o tratamento de doenças incapacitantes são exemplos comuns de como os espaços vividos pela ótica de gênero são atravessados por relações de opressão e subordinação de mulheres. Além de espaços privados ou públicos, o assédio de mulheres que ocorrem nos espaços virtuais, com violência psicológica, moral e sexual, praticadas *online* por meio de redes sociais tem crescido, afetando suas práticas socioespaciais fora dos ambientes virtuais (Bezerra, 2021).

As relações das mulheres com os espaços serão atravessadas por situações de naturalização da violência. Considerando fatores da dimensão sociocultural, como a raça, etnia, classe social, geração e outros, cada mulher construirá sua própria geografia espacial a partir de suas experiências e da condição de ser mulher. Esses elementos, que devem ser analisados de forma interseccionada, mostrarão como as mulheres vivem e reproduzem os espaços de maneiras distintas, de modo que auxiliam analisar como os espaços podem proporcionar às mulheres sensações de não-pertencimento a determinados locais, de não permanência em espaços públicos culturais e de lazer, e de violências simbólicas, levando-as a estar infinitamente em movimento ou em locais fechados (Tonkiss, 2005).

O medo social e simbólico enraizado nas cidades, de acordo com Pastana (2005), trouxe mudanças nas interações das pessoas com os espaços públicos. Concordamos com Diana Lan (2010) de que o corpo é o primeiro território e, quando se violentam os lugares que habitam, afetam-se os corpos e, quando se afetam os corpos, se violentam os lugares que habitam. As apreensões de mulheres sobre os espaços serão diferentes de homens, aquelas transpassadas por elementos identitários como raça e classe social terão relações socioespaciais distintas que aquelas inseridas em padrões hegemônicos de poder, assim como as violências perpetradas contra elas modificarão suas apreensões e vivências dos espaços. De acordo com Lan (2010), a relação entre a segregação espacial, ambiental ou social, e a violência é evidente, pois comprova como as marginalidades e desigualdades sociais refletem nas condições de vida da população, através da compreensão do meio ambiental, territorial e social. Nesse sentido, o uso das cidades não será o mesmo para todos os seus habitantes, pois aqueles que não têm acesso a moradias sólidas e com saneamento básico, por exemplo, serão os mais afetados por mudanças socioespaciais e impactos ambientais. Destes moradores, as mulheres que estiverem expostas a situações violentas sentirão o peso de todos esses aspectos em suas práticas cotidianas.

Quanto a isso, Santos (2017) alerta que a contínua separação das cidades em regiões de moradia, consumo e produção leva à marginalização populacional e distanciamento de grande parte da sociedade dos benefícios que a cidade tem a oferecer. No caso de mulheres moradoras de favelas, periferias e similares, a intensidade de seus deslocamentos pelas cidades estarão relacionadas ao tempo, visto que a circulação nas cidades tem se tornado cada vez mais demorada, principalmente por que os principais serviços, instituições e órgãos estão localizados nas áreas centrais e

nobres; ao aspecto econômico, advindo questões financeiras para custear o traslado e o uso de transportes públicos, e às construções culturais sobre os papéis femininos.

O conjunto de comportamentos esperados das mulheres as atribui reponsabilidades domésticas, como a limpeza da casa e das roupas, o cuidado com os filhos e sua educação, a criação de refeições e entre outros, além do trabalho assalariado. Isso significa que suas vivências nas cidades devem ser pensadas e planejadas para abranger todos os “seus” cargos. Assim, escolher uma creche ou escola perto do local de moradia ou do seu emprego, para lhe permitir deixar ou buscar os filhos na ida ou vinda do trabalho, optar por um emprego que não demande tantas horas trabalhadas para que consiga adaptar à rotina de trabalho doméstico são questões a serem consideradas e que irão afetar como vivem, experienciam e transitam pelas cidades.

Destarte, devemos considerar que a abordagem de gênero não apenas amplia o debate geográfico sobre os usos dos espaços pela sociedade, mas, ainda, expõe como sujeitos e grupos marginalizados dos discursos hegemônicos têm diferentes relações socioespaciais. As violências perpetradas contra as mulheres não apenas as vitimizam no ato violento, mas criam cicatrizes que não apenas entalham sua pele; incidem de forma crônica na sua saúde física, psicológica e emocional, impactando em sua vida pessoal, social e familiar.

O impacto das violências não pode ser entendido apenas em um recorte temporal hodierno, pois suas influências se perpetuam em todos os anos que se sucederão na vida das vítimas, cujas desordens médicas, psicológicas e de conduta só serão visíveis ou desenvolvidas depois de algum tempo passado os abusos e violências a que esteve exposta (Bezerra, 2021).

Assim, relacionar as interseccionalidades de aspectos identitários às análises da violência de gênero e contra as mulheres expõe a natureza de um fenômeno complexo, multifacetado e banalizado que confere relações socioespaciais múltiplas. O uso dos espaços e dos lugares, quando discutido pela Geografia a partir das construções dos papéis socioculturais de gênero, de raça e etnia, de classe social, geração, espacialização geográfica e outros elementos representativos, demonstram o quanto as experiências e vivências de indivíduos e grupos serão distintas.

## Conclusões

A discussão a partir do espaço geográfico, proposta neste trabalho, nos possibilitou investigar como o gênero e o fenômeno da violência contra as mulheres influenciam nas relações socioespaciais, demonstrando que suas dinâmicas espaciais são atravessadas pela dimensão sociocultural e por características como a cor da pele, a classe social, idade, localização geográfica e entre outras. Ao se locomover pelas cidades, mulheres criam, de acordo com suas características próprias, mapas mentais de lugares que consideram seguros e lugares que lhe impõem medo de sofrer alguma situação violenta, cujas definições de refúgio ou ameaça resultam das suas experiências individuais e de informações secundárias.

Apresentamos na pesquisa a relação dos conceitos de espaço geográfico e lugar aos estudos de violências contra as mulheres e, a partir do estudo bibliográfico, trouxemos autores e autoras que desafiam a produção científica geográfica que, por muitos anos, manteve práticas do fazer científico e concepções teóricas androcêntricas. Sabendo que a ciência é construída por pessoas comuns, que se relacionam socioespacialmente e influenciam e são influenciadas por fatores como gênero, raça, etnia, classe social, geração, religião, localização espacial e entre outros, a não compreensão de gênero nos conceitos fundantes do espaço demonstram a extensão de tais fatores na composição das relações de poder da produção científica geográfica no Brasil.

Consideramos que as relações sociais devem ser consideradas segundo suas características identitárias, cujas individualidades influenciarão nos usos dos espaços e dos lugares. O espaço, enquanto dialético, deve ser compreendido como uma força ativa que molda as experiências sociais. Ao considerar a influência das violências contra as mulheres, o presente trabalho atenta para como este fenômeno está naturalizado na sociedade brasileira e, deste modo, é capaz de influenciar nas formas de uso, produção e reprodução dos espaços pelas mulheres, que estabelecerão diferentes geografias.

Este artigo tem como foco contribuir para análises e debates futuros que busquem discutir as questões sociais na Geografia. As análises teóricas trazidas à baila mostra como a ciência geográfica deve estar atenta ao conceito de gênero como categoria de análise enquanto importante ferramenta para auxiliar na compreensão de fenômenos que envolvem as relações sociais. Levando em consideração que não há uma neutralidade científica e que não podemos generalizar os indivíduos e grupos à uma compreensão

universal, considerar o debate em torno das questões de gênero permite expor lacunas tradicionalmente ausentes dos discursos, como a banalização das violências, as diferentes formas de compreender e viver o mundo segundo as diferenças identitárias, as representações sobre os espaços e os lugares e entre outros.

## Referências

- Andrade, C.B. e Assis, S.G. (2018). Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 43, 1-13. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000012917>
- Barreto, M. e Heloani, R. (2015). Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. *Serviço Social & Sociedade*, 123, 544-561. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.036>
- Bezerra, A.R. (2021). *A espacialização da violência contra a mulher em São Luís* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Maranhão.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.
- Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, 42, 249-274. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>
- Claval, P.C.C. (2013). Geografia cultural: um balanço. *Geografia (Londrina)*, 20, 5-24. <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2011v20n3p005>
- Corrêa, R.L. e Rosendahl, Z. (2017). A Geografia Cultural no Brasil. *Revista da ANPEGE*, 2, 97-102. <https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0008>
- Garcia-Ramon, M.D. (2003). Globalization and International Geography: The Questions of Languages and Scholarly Traditions. *Progress in Human Geography*, 27(1), 1-5. <https://doi.org/10.1191/0309132503ph409xx>
- Lan, D. (2010). El circuito espacial de la violencia doméstica: análisis de casos en Argentina. *Revista Latino-americana de Geografía e Género*, 1, 70-77. <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.1.i1.070077>
- Lefebvre, H. (2013). Prefácio: a produção do espaço. *Estudos Avançados*, 27, 123-132. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300009>
- Massey, D. (1994). *Space, Place, and Gender (NED-New edition)*. University of Minnesota Press.
- Moreira, R. (2017). Uma ciência das práticas e saberes espaciais. *Revista Tamoios*, 13, 26-43. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2017.30458>
- Oakes, T. (1997). Place and the Paradox of Modernity. *Annals of the Association of American Geographers*, 87(3), 509-531. <https://doi.org/10.1111/1467-8306.00066>
- Pastana, D.R. (2005). Cultura do medo e democracia: um paradoxo brasileiro. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 10(2), 183-198. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2005v10n2p183>
- Piosiadlo, L.C.M., Fonseca, R.M.G.S. da e Gessner, R. (2014). Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. *Escola Anna Nery*, 18, 728-733. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140104>
- Ratts, A.J.P. (2004). As Etnias e os Outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. *Espaço e Cultura*, (17-18), 77-89. <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2004.7855>
- Rose, G. (1993). *Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge*. Polity Press.
- Santos, M. (2017). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Universidade de São Paulo.
- Schabbach, L.M. (2020). A reprodução simbólica das desigualdades entre mulheres e homens no Brasil. *Opinião Pública*, 26, 323-350. <https://doi.org/10.1590/1807-01912020262323>
- Silva, J.M. (2007). Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, 8, 31-45. [https://www.faecepr.edu.br/site/documentos/revista\\_historia\\_regional7.pdf](https://www.faecepr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional7.pdf)
- Silva, L.L.S. da e Costa, A. (2022). A presença da ausência: um paradoxo geográfico. *GEOUSP*, 26, e195614. <https://www.scielo.br/j/geo/a/fkXtTbKM8mN8BSRJgttG84r/>
- Smith, N. (2015). Geografia, diferencia y políticas de escala. *Terra Livre*, 2, 127-146. <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/162/0>

- Soja, E.W. (2022). La organización política del espacio. *Geopolítica(s): revista de estudios sobre espacio y poder*, 13, 385-447. <https://doi.org/10.5209/geop.85021>
- Tuan, Y.F. (2004). Cultural Geography: Glances Backward and Forward. *Annals of the Association of American Geographers*, 94(4), 729-733. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.2004.00427.x>
- Tonkiss, F. (2005). *Space, City and Social Theory: Social Relations and Urban Forms*. Polity Press.
- Veleda da Silva, S.M. (2013). A contribuição dos Estudos de Gênero para a compreensão da Geografia do Trabalho: uma pauta para discussão. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, 4, 106-117. <https://doi.org/10.5212/rlagg.v.4.i2.106117>
- Villagrán, P. (2018). Hacia la construcción de unas geografías de género de la ciudad. Formas plurales de habitar y significar los espacios urbanos en Latinoamérica. *Perspectiva Geográfica*, 23(2), 13- 31. <https://revistas.uptc.edu.co/index.php/perspectiva/article/view/7382/8285>